

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O presidente do Sinjufego, Antonio Cezar Prazeres, convoca os associados para assembleia geral extraordinária da categoria a realizar-se nesta sexta-feira (26/02), às 18h15, em 1ª convocação, e às 19h15, em 2ª convocação, na sede do sindicato (Rua 115, quadra F-36, lote 86, S. Sul, Goiânia-GO) para eleger os delegados que irão representar os servidores do Judiciário Federal de Goiás no 7º Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe), que ocorrerá de 27 a 31/03, em Fortaleza (CE).

Sinjufego, Assojaf e Serjus requerem informações sobre suspensão do pagamento dos 11,98% na JF

O Sinjufego, juntamente com a Assojaf/GO e a Serjus requereram, ao diretor do Foro da Seção Judiciária Federal em Goiás, o juiz federal Juliano Taveira Bernardes, informações sobre a suspensão do pagamento de parcela dos valores atrasados dos juros dos 11,98% aos servidores do órgão.

As entidades foram informadas de que no final do exercício passado tinha sido emitida nota de empenho para o pagamento desses valores aos servidores da Justiça Federal em Goiás e que também tinham sido emitidas folhas suplementares de pagamento – o que gerou a expectativa na categoria de recebimento das parcelas dos juros dos 11,98%. Mas nenhum valor foi pago até a presente data ou prestada qualquer

informação sobre as razões do não pagamento.

Além do mais, também teria sido autorizada a quitação de passivos devidos aos Juízes Federais, juntamente com a autorização do pagamento de passivos da categoria, mas diferentemente da solução dada aos servidores, os valores dos magistrados teriam sido pagos efetivamente.

Diante do não pagamento dos valores aos servidores, as entidades requereram as seguintes informações em ofício endereçado ao diretor do Foro da Seção Judiciária:

a) O motivo pelo qual não foi realizado o pagamento dos juros dos 11,98%, mesmo após o empenho dos valores e emis-



são de folha suplementar;

b) Se houve destinação conjunta de recursos para pagamento de passivos de servidores e juízes, e se apenas a estes foram pagos os valores;

c) Se houve apenas o pagamento dos magistrados, qual o critério utilizado para a preterição, vez que os servidores aguardam há vários anos o pagamento desses passivos.

Filie-se ao Sinjufego!

www.sinjufego.org.br

Sinjufego participa da posse de concursados efetivos no TRT-GO

Com firme atuação em defesa do concurso público, o Sinjufego informa que, na segunda-feira (22/02) pela manhã, foram empossados mais 41 servidores no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, aprovados no certame realizado em 2008. Dos 270 cargos efetivos criados para a Corte Trabalhista por meio da Lei 11.978/2009, 122 já haviam sido preenchidos em agosto de 2009.

“Essa é uma vitória da sociedade e dos aprovados no concurso que lutaram, juntamente com o Sinjufego, desde março do ano passado para que os cargos para o TRT-GO fossem criados. Agora, desejamos que os servidores recém-empossados sejam bem-vindos e convidamos a todos para outro desafio: a luta pela aprovação do nosso PCS”, afirma o presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres.



Histórico

22/02/2010 – O TRT-GO empossa mais 41 servidores concursados efetivos. Dos 270 cargos criados para a Corte Trabalhista por meio da Lei 11.978/2009, 122 já haviam sido preenchidos em agosto de 2009.

02/12/2009 - O presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres, reivindica ao presidente do TRT-GO, Gentil Pio de Oliveira, a nomeação de mais servidores aprovados no concurso de 2008. O presidente da Corte Trabalhista informa que havia solicitado estudo para elaboração de cronograma de nomeação

05/08/2009 - Posse de 122 servidores aprovados no concurso realizado pelo TRT-GO em 2008 (61 analistas e 61 técnicos judiciários).

09/07/2009 – A lei 11.978/2009 (criação de 281 cargos para o TRT-GO) é publicada na página 1, do Diário Oficial da União.

08/07/2009 - A lei 11.978/2009, que cria 281 cargos para o TRT-GO, dos quais 270 efetivos e 11 comissionados, é sancionada pela Presidência da República. O presidente do TRT-GO, Gentil Pio de Oliveira, entra em contato com o presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres, para informar que a Presidência da República havia acabado de sancionar a lei e ressalta que a criação dos cargos é uma conquista importante para o TRT de Goiás, sendo resultado do trabalho conjunto da administração do Tribunal com o Sinjufego.

22/06/2009 – O grupo de trabalho criado para definir os critérios de preenchimento dos cargos aprovados pelo Congresso Nacional para o TRT de Goiás entrega o relatório final para a apreciação da presidência do Tribunal. O Sinjufego foi representado no

grupo pela advogada Carolina Oliveira, aprovada no concurso do TRT-GO.

16/06/2009 – Após intensa mobilização e articulação política do Sinjufego e dos aprovados em concursos, o plenário do Senado aprova o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que cria 281 cargos na Justiça do Trabalho de Goiás (sendo 270 do quadro efetivo e 11 cargos em comissão) na secretaria do TRT-GO. Das 270 vagas do quadro, 161 foram destinadas a analistas judiciários e 109 para técnicos judiciários, de nível médio. A relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), argumenta que a aprovação dos novos cargos é premente por causa da defasagem de pessoal da instância trabalhista.

28/05/2009 – A CCJ do Senado Federal aprova, em caráter terminativo, a criação de cinco cargos de desembargadores para o TRT-GO (PLC 66).

06/05/2009 – A Câmara dos Deputados aprova o PL 1932/2007, que aumenta de 8 para 13 o número de desembargadores do TRT-GO.

24/04/2009 – A Mesa do Senado realiza a leitura do parecer favorável da senadora Lúcia Vânia ao PLC 18, que dispõe sobre a criação de 270 cargos efetivos para o TRT-GO.

15/04/2009 – A CCJ do Senado Federal aprova a criação de 281 cargos (270 do quadro permanente e 11 em comissão) para o TRT da 18ª Região.

08/04/2009 – Pedido de vistas do senador Jayme Campos (DEM-MT) adia votação do PLC 18 (criação de 270 cargos efetivos para o TRT-GO) na CCJ do Senado, após a matéria ter recebido parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

27/03/2009 – O TRT-GO publica a Portaria GP/DG n. 053/2009, que cria o grupo de trabalho encarregado de realizar os estudos necessários para a definição das áreas e especialidades dos cargos previstos no PL 1.933 que, no Senado Federal, foi denominado PLC n. 18/2009.

23/03/2009 – Lúcia Vânia (PSDB-GO) aceita o convite do Sinjufego e é designada pela presidência da CCJ do Senado para relatar o PL que cria 270 cargos efetivos para o TRT de Goiás.

16/03/2009 – O Sinjufego e aprovados no concurso do TRT-GO reúnem-se com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), membro da CCJ do Senado Federal, no escritório político da parlamentar em Goiânia, para sensibilizá-la sobre a necessidade de criar novos cargos para a Corte Trabalhista de Goiás. Na ocasião, entregam para a senadora o PL que cria 270 cargos efetivos para o Tribunal, juntamente com os relatórios das comissões da Câmara dos Deputados e a exposição de motivos do TST que fundamentou a elaboração do projeto.

06/03/2009 – O presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres, convida a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) para relatar, no Senado, o Projeto de Lei que cria 270 cargos efetivos para o TRT de Goiás.

04/03/2009 - A diretoria do Sinjufego e a Comissão dos Aprovados do TRT-GO são recebidos, em audiência, pelo presidente do tribunal, Gentil Pio de Oliveira. Na pauta, estiveram várias questões a respeito do andamento do PL que cria 270 cargos efetivos para o TRT-GO e as futuras nomeações para os cargos previstos no projeto. Na ocasião, o sindicato reivindicou a criação de um grupo de trabalho para elaborar o estudo da distribuição dos cargos em áreas de atividade e especialidade.